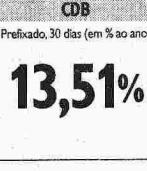
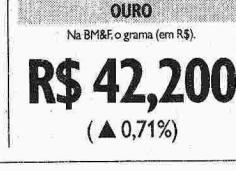


	Últimas cotações (em R\$)
24/outubro	2,15
25/outubro	2,14
26/outubro	2,13
27/outubro	2,13
30/outubro	2,15



	IPCA do IBGE (em %)
Maio/2006	0,10
Junho/2006	-0,21
Julho/2006	0,19
Agosto/2006	0,05
Setembro/2006	0,21

## POLÍTICA ECONÔMICA

Ministro admite adoção de novas medidas fiscais no segundo mandato do presidente Lula, mas algumas idéias já causam polêmica. Antes de chegar ao Planalto, plano terá de ser aprovado pelo Planejamento e Casa Civil

# Mantega prepara pacote

RICARDO ALLAN  
DA EQUIPE DO CORREIO

**A**pesar dos riscos inerentes à empreitada, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, confirmou ontem que o governo está estudando um plano fiscal para ser adotado no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ainda em fase de elaboração, o novo programa já provoca desentendimentos na equipe econômica, principalmente no que diz respeito a pontos controvertidos, como o abandono das metas de superávit primário (economia feita para pagar juros da dívida pública) como o principal instrumento do ajuste fiscal. Membros da equipe econômica não querem nem ouvir falar no assunto.

"Certamente, o governo está estudando uma série de medidas na área fiscal. Primeiro, elas passarão por uma discussão entre nós e depois serão apresentadas ao presidente", disse Mantega em rápida entrevista na portaria do ministério. Ele não quis adiantar nenhum ponto, afirmando que a antecipação traria uma "discussão

estéril" e especulações. Segundo o ministro, a formulação estaria sendo feita conjuntamente pelos ministérios da Fazenda, Planejamento e Casa Civil, que formam a Junta de Execução Orçamentária. De acordo com técnicos do Planejamento e da Casa Civil, porém, as idéias ainda não saíram da Fazenda. Por enquanto, existem apenas na cabeça de Mantega, interessado em mostrar serviço para manter o emprego por mais quatro anos, e de auxiliares mais próximos, como o secretário de Política Econômica, Julio Sérgio Gomes de Almeida. Segundo um desses técnicos, o presidente Lula só vai definir a política fiscal quando tiver montado a equipe econômica. Seria um contra-senso acertar as medidas sem que se tenha certeza de quem vai executá-las.

Na avaliação de uma outra fonte que tem acompanhado as discussões, algumas idéias dificilmente serão adotadas. O exemplo mais claro é a substituição das metas de superávit primário por novos critérios, como o do saldo na conta do governo, o que excluiria dos cálculos todos os investimentos públicos. Técnicos

alertaram o ministro de que existe um grande risco de a medida ser interpretada como um "afrouxamento" fiscal. O critério de superávit já está "consolidado". Abandoná-lo pode causar desconfiança. Em conversas com o ministro, alguns auxiliares se disseram totalmente contrários à mudança.

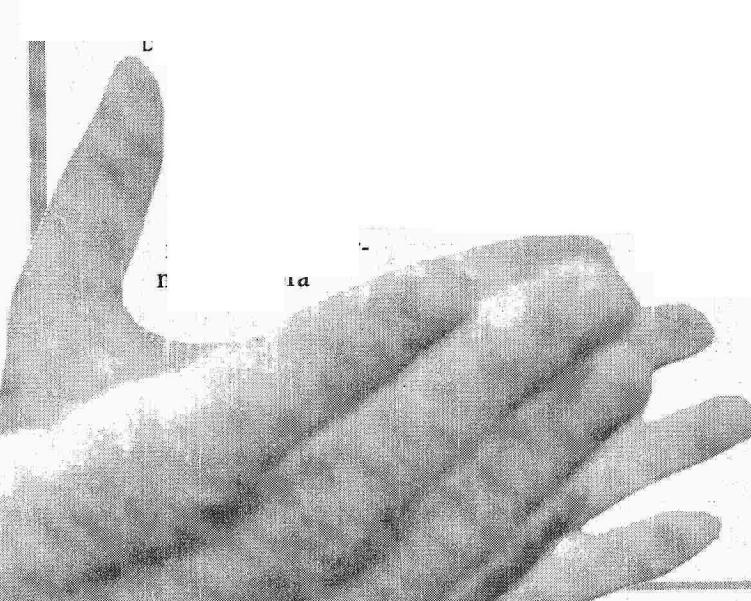
Nos pronunciamentos depois de reeleito, Lula afirmou que manterá o esforço fiscal em 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB). Para estimular a infra-estrutura, o mais provável é que o presidente determine a elevação dos recursos do Projeto Piloto de Investimentos (PPI), que permite a exclusão das despesas com obras desse tipo de cálculo do superávit. Essa possibilidade foi aventada quando o governo acertou o projeto com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e pode ser usada em 2007, elevando o montante dos atuais 0,15% do PIB para algo em torno de 0,30%.

Outra idéia da Fazenda que não deve vingar é a alteração das regras que destinam recursos para a saúde. De acordo com a Emenda Constitucional 29, as verbas crescem ano a ano de acordo com a

variação do PIB nominal. O critério seria substituído por um misto de correção pelo aumento da população e inflação medida pelo IPCA. Mas nem Mantega acredita que isso deve ocorrer.

Outras iniciativas do programa em estudo já vinham sendo discutidas, como a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), com uma progressiva redução da alíquota até 0,08% em 10 anos, e da Desvinculação das Receitas da União (DRU). O governo pretende convencer o Congresso a elevar o percentual de despesas vinculadas liberado — hoje, ele é de 20%. Os dois itens já estavam no plano fiscal de longo prazo do então ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e são consideradas essenciais para o ajuste fiscal. Tanto a CPMF como a DRU vencem no final de 2007.

Um item mais fácil de aprovar é a redução das despesas correntes. Mantega quer diminuir em até 0,2% do PIB por ano. A redução, estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), valeria por pelo menos 10 anos. A idéia também estava no projeto de Palocci.



MANTEGA NÃO QUIS ADIANTAR OS PONTOS DO PLANO FISCAL. TÉCNICOS DO PLANEJAMENTO E DA CASA CIVIL DIZEM QUE IDÉIA AINDA NÃO SAIU DA FAZENDA